

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL ESG PARA COOPERATIVAS DE TRANSPORTES COM BASE NA TEORIA DA DIVULGAÇÃO

PROPOSITION OF A SOCIO-ENVIRONMENTAL ESG REPORTING MODEL FOR TRANSPORT COOPERATIVES BASED ON DISCLOSURE THEORY

Jessica Raiza de Souza Ferreira¹
Leidilaine da Silva Lopes Barros²
Elizângela Maria Oliveira Custódio³
Alexandre de Freitas Carneiro⁴
Francisco Emanuel Silveira⁵

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi projetado inicialmente para analisar se há divulgação do Balanço Social na gestão de cooperativas de transportes e identificar sua utilização como instrumento de responsabilidade social no cenário corporativo atual. No entanto, como não foi encontrado esta prática, até porque não há obrigação legal ou contábil, a pesquisa se direcionou para desenvolver uma proposta voluntária de balanço social e ambiental como ferramenta de gestão de sua responsabilidade socioambiental ao se propor um modelo de aplicação específico. O delineamento de pesquisa foi o estudo de caso com aplicações das técnicas de entrevista, observação direta e análise documental, portanto, mais de uma técnica para a devida triangulação de dados, a fim de satisfazer as exigências do método, segundo a doutrina. A proposição de pesquisa de que se a CTR está alinhando suas práticas de gestão com as demandas modernas de responsabilidade social e ambiental foi parcialmente atendida, pois há práticas internas, mas não estruturadas ou socializadas, por meio de divulgação. Isso indica uma adequada observação dos preceitos da Teoria da Divulgação. A proposta do estudo contribui de forma generalizada para as cooperativas de transportes na divulgação estruturada de informações socioambientais na moderna ESG. O estudo, original, inova nesse sentido.

1544

Palavra-chave: Balanço Social. ESG. Gestão de Cooperativas. Sustentabilidade.

ABSTRACT: The objective of this research was initially designed to analyze whether there is dissemination of the Social Balance Sheet in the management of transport cooperatives and to identify its use as an instrument of social responsibility in the current corporate scenario. However, as this practice was not found, because there is no legal or accounting obligation, the research was directed to develop a voluntary proposal for a social and environmental balance as a tool for managing its socio-environmental responsibility by proposing a specific application model. The research design was the case study with applications of the techniques of interview, direct observation and document analysis, therefore, more than one technique for the proper triangulation of data, in order to satisfy the requirements of the method, according to the doctrine. The research proposition that if CTR is aligning its management practices with modern demands for social and environmental responsibility was partially met, as there are internal practices, but not structured or socialized, through disclosure. This indicates a proper observance of the precepts of Disclosure Theory. The study's proposal contributes in a generalized way to transport cooperatives in the structured disclosure of socio-environmental information in modern ESG. The original study innovates in this regard.

Keyword: Social Balance. ESG. Cooperative Management. Sustainability.

¹Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

²Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

³Mestre em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, UNIDA.

⁴Doutor em Administração, Universidad Nacional de Misiones – UNaM.

⁵Mestre em Administração, Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a responsabilidade social organizacional emergiu não apenas como uma tendência, mas como um pilar fundamental nas práticas corporativas modernas. Em um mundo cada vez mais interconectado e consciente, o papel das empresas vai além da geração de lucro e empregos. A sociedade, mais informada e crítica, exige das corporações uma postura ética, responsável e comprometida com o bem-estar geral. “Há grupos de pressão social e ambiental que propugnam pela responsabilidade socioambiental ética das empresas” (Fenker et al., 2015, p. 16).

Neste cenário moderno, destaca-se o conceito de *Environmental, Social and Governance* (ESG), que se consolidou como um guia norteador de práticas corporativas sustentáveis. As empresas, agora, estão sob a apuração de sua conduta em relação ao meio ambiente, à sociedade e à própria estrutura de governança. O crescente interesse por este tripé tem impulsionado as empresas a fornecer relatórios transparentes sobre suas ações nesses domínios. A aplicação e o impacto real dessas práticas, entretanto, ainda estão sujeitos a debates e estudos. No âmbito das cooperativas, por exemplo, o papel social assume contornos distintos e relevantes. Neste estudo, destaca-se a importância de tais indicadores socioambientais e a maneira como são refletidos em seu balanço social delineado ou adaptado para Cooperativas de Transportes.

1545

Dado este panorama, a presente pesquisa busca atender à seguinte questão: Como o Balanço Social, como instrumento de gestão, é relevante na gestão da Cooperativas de Transportes e qual sua relevância no cenário de responsabilidade social? O objetivo é analisar se há divulgação do Balanço Social na gestão de Cooperativas de Transportes e identificar sua relevância como instrumento de responsabilidade social no cenário corporativo atual, por meio de modelo de Balanço Social IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) adaptado às cooperativas de transportes e ao modelo ESG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pilares anteriores sobre o Balanço Social

Segundo Sartore (2006), as empresas abordam a temática da sustentabilidade por meio da convergência entre responsabilidade social, governança corporativa e sua presença

no mercado financeiro. Esta autora ainda aponta para três fases distintas da responsabilidade social no contexto brasileiro: filantropia, estratégia empresarial e sustentabilidade (Sartore, 2006).

No começo, sem intervenção estatal, a primeira fase se caracteriza pela filantropia. Já na segunda fase, identificada como governança corporativa, ocorre a interseção entre movimentos sociais e organizações não governamentais (Sartore, 2006). Esse momento é marcado por uma transformação da racionalidade motivada pelo crescimento urbano e a expansão do capitalismo no Brasil (Sartore, 2006). Leis trabalhistas, paralelamente, começam a emergir, estipulando as condições mínimas a serem respeitadas pelos empresários (Pereira, 2007). O terceiro e atual estágio da responsabilidade social se concentra na abordagem da sustentabilidade, com a finalidade de assegurar a longevidade das empresas (Sartore, 2006). Essa transformação se desenrolou, em grande parte, devido à percepção do mercado financeiro de que a monitorização das práticas socioambientais serve como uma ferramenta de controle de riscos, minimizando danos decorrentes dos impactos sociais e ambientais das atividades empresariais (Pereira, 2007). Neste cenário, emergem instituições dedicadas à elaboração de indicadores e balanços sociais, com o propósito de promover a divulgação das práticas socioambientais empresariais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e a *Global Reporting Initiative* (GRI).

A participação abrange uma diversidade de setores, tais como organizações globais, entidades governamentais, sociedade civil, força de trabalho, acadêmicos e instituições profissionais. A orientação fornecida pela GRI é adotada tanto para a elaboração de relatórios, quanto para o acesso às informações em conformidade com suas diretrizes, ou ainda para contribuir no desenvolvimento da estrutura dos relatórios, tanto de maneira formal quanto informal (GRI, 2010).

Tais desafios representam encargos que as organizações enfrentam em relação aos impactos decorrentes de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as esferas econômicas, sociais e ambientais (GRI, 2006). Almeida (2007) afirma que críticas convergem para o modelo de natureza generalista dos relatórios construídos de acordo com as diretrizes estabelecidas pela GRI, a qual também ressalta a insuficiência da atualização contínua dos indicadores, reconhecendo que a esfera da sustentabilidade é um campo de

atuação e compreensão em constante progresso. A esses pontos, acrescenta-se a identificação de uma relativa escassez de profundidade nos dados de relevância (Almeida, 2007).

No contexto brasileiro, despontou como pioneiro e amplamente aceito o modelo inicial do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o qual é divulgado anualmente e congrega um conjunto multidimensional de dados concernentes a projetos, vantagens e iniciativas de cunho social direcionados aos diversos *stakeholders* da instituição (Machado; Silva, 2020). O paradigma subjacente ao formato do balanço social permite uma margem de manobra, possibilitando que a organização encubra discrepâncias subjacentes e, por conseguinte, sua responsabilidade social em relação às operações desempenhadas (Yanaze; Augusto, 2008).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, entidade sem fins lucrativos, fundamenta-se na mobilização, contribuição e colaboração com organizações para a gestão sustentável de seus negócios, promovendo uma sociedade equitativa e harmônica. Criado em 1998 por empresários oriundos do setor privado, o Instituto Ethos tem a missão de sensibilizar, mobilizar e auxiliar as organizações a conduzirem suas operações com responsabilidade, estabelecendo parcerias na construção de uma sociedade sustentável (Moraes, 2019).

1547

Esse Instituto desempenha um papel fundamental na disseminação do conhecimento, na troca de experiências e no desenvolvimento de ferramentas e mecanismos destinados a auxiliar as organizações a avaliar suas práticas socioambientais e a aprofundar seu comprometimento com a responsabilidade social, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade em geral. Sua atuação visa ajudar as organizações a internalizarem o conceito de responsabilidade social e a incorporá-lo de forma contínua em suas operações, por meio de um processo constante de avaliação e melhoria (Moraes, 2019).

O propósito do Instituto Ethos (2007) é disseminar a adoção da responsabilidade socioambiental empresarial, auxiliando as instituições a integrar o conceito de comportamento empresarial socioambiental responsável; estabelecer mecanismos éticos que contribuam para o êxito sustentável nas esferas socioambiental e econômica; assumir responsabilidades socioambientais perante todos os participantes sociais envolvidos em suas operações; demonstrar aos seus investidores, cotistas e acionistas a relevância do comportamento socioambiental responsável; forjar parcerias voltadas ao desenvolvimento

socioambiental e econômico responsável nas comunidades em que atuam; colaborar com o desenvolvimento sustentável em longo prazo, tanto em termos socioambientais quanto econômicos.

O Instituto ETHOS reconhece a importância de conferir credibilidade aos Balanços Sociais, em comparação aos balanços contábeis e financeiros convencionais. De maneira alinhada com abordagens similares, o relatório apresenta tanto indicadores quantitativos como qualitativos, destinados a uso interno, para avaliar os mecanismos e iniciativas de responsabilidade socioambiental das organizações (Machado; Silva, 2020). Nesse contexto, são explorados aspectos relevantes como o histórico da organização, seus valores fundamentais, a estrutura organizacional adotada e detalhes sobre a governança corporativa (Machado; Silva, 2020).

O paradigma da responsabilidade social corporativa no Brasil tem evoluído desde suas raízes filantrópicas até sua atual ênfase na sustentabilidade, com a integração de práticas socioambientais nas estratégias empresariais. No contexto dessa trajetória, instituições como o Ibase, o Instituto Ethos e a *Global Reporting Initiative* (GRI) emergiram como protagonistas no desenvolvimento e promoção de relatórios e balanços sociais.

2.2 Pilares atuais

O conceito denominado *Environmental, Social and Governance* (ESG) abrange informações que vão além dos registros financeiros e incorporam os fatores de desempenho e os desafios enfrentados pelas empresas nessas áreas, e, esses três pilares têm desempenhado um papel fundamental nas decisões de investimento dos participantes do mercado acionário (ONU, 2016). O termo ESG foi inicialmente proposto pelo Pacto Global das Nações Unidas em 2004, com o propósito de destacar a importância de seus princípios para que empresas e investidores unissem forças na abordagem dos principais dilemas mundiais (Bassen; Kovács, 2008). Segundo Conchado (2021), os critérios ESG se tornaram fundamentais para avaliar o desempenho e a conduta das empresas nos dias atuais.

A colaboração entre investidores globais e a Organização das Nações Unidas (ONU) na formulação dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) representa um marco fundamental para solidificar essas preocupações, e, as implicações das questões de

sustentabilidade para os investidores e os mercados financeiros eram amplamente subestimadas e em grande parte negligenciadas (ONU, 2016).

Os PRIs têm contribuído para corrigir essas lacunas, conferindo maior transparência e relevância financeira aos aspectos ESG, oferecendo um modelo para a comunidade global de investidores contribuir para o desenvolvimento de um sistema financeiro mais coerente e sustentável (United Nations Global Compact, 2021).

Para reforçar a relevância das considerações ESG (Ambiental, Social e Governança), o Relatório Global de Riscos do Fórum Econômico Mundial de 2021 indicou que muitos dos principais riscos empresariais da atualidade são de natureza econômica e social. Isso representa uma mudança significativa em relação aos anos anteriores, antes do surgimento da pandemia de Covid-19, quando quase todos os riscos de destaque eram de natureza ambiental (WEF, 2021). Nesse contexto, observa-se uma crescente tendência, impulsionada por exigências de diversos países, para que as empresas divulguem informações relacionadas a aspectos ESG (Lokuwaduge; Silva, 2020).

No cenário atual, em que as empresas estão em busca de adesão a práticas mais sustentáveis e da contínua geração de valor ao longo do tempo, as conversações em torno do conceito de Relato Integrado (RI) ganham proeminência. O RI não pode ser categorizado simplesmente como mais um relatório de sustentabilidade divulgado anualmente pelas empresas e com a definição do Conselho Internacional de Relatórios Integrados (IIRC, 2013), o RI representa um processo enraizado no pensamento integrado, resultando em uma prestação de contas integrada e periódica por parte das organizações, abordando a criação de valor ao longo do tempo. Le Roux e Pretorius (2019, p. 60, grifo nosso) conduziram uma análise do vínculo entre o relato integrado e a incorporação da sustentabilidade:

A pesquisa teve como intuito contribuir para uma compreensão mais aprimorada dessa interconexão, proporcionando uma visão abrangente da construção de significado por parte dos atores envolvidos na prática. Dentre as conclusões extraídas desse estudo, destaca-se que **o relatório integrado foi identificado como um fator impulsionador da integração da sustentabilidade**, desencadeando transformações internas na organização. As percepções obtidas ofereceram uma perspectiva detalhada sobre como os colaboradores percebiam os relatórios integrados como um incentivador chave para promover a integração da sustentabilidade.

2.3 Teoria da Divulgação

Conforme Verrecchia (2001), a divulgação pode ser categorizada com base em associação, eficiência ou julgamento. A abordagem de associação analisa como a divulgação impacta as ações cumulativas dos indivíduos, na condição investidores, no momento da divulgação (Verrecchia, 2001). A perspectiva de eficiência explora as preferências de divulgação sem prévio conhecimento da informação, ou seja, preferências incondicionais (Verrecchia, 2001). A divulgação baseada em julgamento, por fim, investiga a discricionariedade que os gestores têm em relação às decisões de divulgação (Verrecchia, 2001).

Salotti e Yamamoto (2005) distinguem as três categorias de divulgação propostas por Verrecchia (2001). Essas distinções relacionam-se ao "momento da divulgação" e ao "processo de divulgação". Segundo os supracitados autores, a divulgação baseada em eficiência é *ex ante*, abordando qual tipo de divulgação é preferível antes que ela ocorra; a divulgação baseada em julgamento e associação são *ex post*, assumindo que a divulgação já ocorreu. Indaga-se por que a empresa divulgaria ou não determinadas informações (Salotti; Yamamoto, 2005). “A divulgação voluntária pode ocorrer em resposta a incentivos ou pressões dos usuários” (Ferreira; Miranda; Santos, 2021, p. 112).

1550

No âmbito da divulgação de informações corporativas, o reconhecimento de dados econômicos é apenas uma parte das responsabilidades empresariais, que deve, no mínimo, ser complementada pelo reconhecimento de práticas sociais e ambientais. O balanço social, o relatório de sustentabilidade ou o relatório anual são manifestações em um ambiente não regulamentado que permitem, entre outras coisas, a exposição dos investimentos em iniciativas sociais e ambientais. Magness (2006, p. 18) destaca que “os relatórios anuais podem e devem ser empregados para divulgar informações de caráter social, com o objetivo de legitimar as atividades”. Dye (2001) sustenta que a motivação por trás da divulgação é moldada pela possibilidade de escolha por parte do agente. Segundo o autor, os relatórios anuais têm a intenção de conferir credibilidade à empresa e, conseqüentemente, tendem a ressaltar os sucessos conquistados, minimizando os resultados desfavoráveis (Dye, 2001).

Clarkson et al. (2008) apontam que empresas com um histórico menos desenvolvido de divulgação ambiental tendem a revelar menos informações ou a omiti-las. Portanto, para esses autores, é possível estabelecer uma correlação positiva entre o desempenho ambiental

e a divulgação de práticas ambientais, o que se apresenta como evidência da aplicação da teoria do *disclosure* voluntário (Queiroz et al., 2021).

Portanto, a Teoria da Divulgação Voluntária serve como um quadro analítico que aborda os motivos e as circunstâncias sob as quais as empresas optam por divulgar informações além das exigências regulatórias. Essa teoria sugere que a qualidade e quantidade de divulgações são indicativos da saúde e intenções da empresa, ajudando investidores e outras partes interessadas a tomarem decisões.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

O panorama desta pesquisa é um estudo de caso com uma abordagem qualitativa e de natureza descritiva, o que se alinha com as orientações de Gil (2022). A pesquisa focaliza uma única unidade de análise, que é a Cooperativa de Transportes de Rondônia (CTR). A razão para adotar o estudo de caso reside na sua adequação para responder questões do tipo "como" e "qual", conforme sugerido por Yin (2015). Neste contexto, as questões de pesquisa elaboradas foram: Como está o nível de aderência e aplicabilidade do relatório socioambiental – Balanço Social - em uma organização cooperativa de transporte? E "qual é a relevância do Balanço Social no contexto da responsabilidade social empresarial?"

3.1.1 O Caso

O caso de estudo apresenta a trajetória de sucesso da Cooperativa de Transportes de Rondônia (CTR), que conta com 275 cooperados e uma frota de aproximadamente 1.000 caminhões. A cooperativa não apenas promoveu benefícios para seus membros, como melhores preços para combustíveis e insumos, mas também expandiu para a área de logística de frete, facilitando a contratação de cargas e estabelecendo uma rede de apoio em todo o País. A história de sucesso da CTR é marcada por parcerias, incluindo o apoio da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). A proposição de pesquisa subjacente é que a CTR está alinhando suas práticas de gestão com as demandas modernas de responsabilidade social e ambiental. Estudos de caso são particularmente úteis para explorar processos de mudança, o que é pertinente para compreender como a CTR está se adaptando às crescentes demandas de práticas empresariais sustentáveis e éticas (Gil, 2022)

3.2 Coleta e análise dos dados

Para a condução desta pesquisa, adotou-se uma abordagem que inclui múltiplas técnicas de coleta de dados, visando uma compreensão abrangente das práticas relacionadas com o Balanço Social e Ambiental na Cooperativa de Transportes de Rondônia (CTR). Dessa forma, realizam-se entrevistas presenciais com membros da alta direção, gestores e funcionários da CTR, em duas etapas (primeira e quarta). Empregou-se um formulário estruturado contendo questões diretas relacionadas ao Balanço Social e Ambiental, e questões abertas que permitiram respostas detalhadas e contribuições adicionais. Essas entrevistas ocorreram na presença do entrevistado e teve como objetivo obter percepções internas sobre o uso e a importância do Balanço Social na gestão da cooperativa.

Outra técnica utilizada foi a observação direta (segunda etapa), caracterizada como não participante e sistemática, conforme preconizado por Richardson (2010). Durante essa fase, um roteiro específico foi seguido para registrar eventos e práticas relacionados ao Balanço Social e Ambiental. Esta observação no campo nos permitiu coletar dados primários sobre a aplicação das diretrizes de responsabilidade social são aplicadas na operação diária da cooperativa.

Utilizou-se ainda a pesquisa documental (terceira etapa) que é fundamental para complementar os dados coletados por meio de entrevistas e observações. Conforme Silva (2003) e Yin (2015) destacam, os documentos são fontes de informação bibliográfica que ainda não foram organizadas ou tratadas analiticamente. Neste caso, foram examinados as demonstrações contábeis, registros analíticos, outros documentos relevantes, como relatórios anteriores da CTR que abordam questões de responsabilidade social e ambiental, políticas internas relacionadas com práticas sustentáveis e qualquer material que forneça *insights* sobre o histórico e a evolução do compromisso da cooperativa com essas questões.

Após a coleta de dados, na primeira fase por meio de entrevistas com cooperados e gestores, observação e análise documental, os dados foram codificados e organizados de acordo com categorias predefinidas. Essa organização facilitou a análise qualitativa dos dados, permitindo a identificação de padrões e tendências relacionadas com o Balanço Social e Ambiental na Cooperativa de Transportes de Rondônia (CTR).

A análise predominantemente qualitativa, envolvendo a interpretação das respostas das entrevistas, observações e conteúdo documental. A triangulação de dados foi realizada,

comparando as informações obtidas por meio das diferentes técnicas de coleta, contribuindo para o rigor no método e a confiabilidade dos resultados (Verschuren, 2003; Alves-Mazzotti, 2006; Martins, 2008; Yin, 2015; Creswell; Creswell, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados da primeira fase

Primeiramente, destacou-se que a empresa não havia adotado relatórios socioambientais, ou seja, não havia Balanço Social como prática, até porque não há obrigação legal ou contábil. Diante desta constatação, foi pensado em cooperar na construção de um modelo adaptado para esse tipo de cooperativa, nos moldes atuais, ou seja, ESG alinhado ao Ibase, com a Demonstração do Valor Adicionado.

Realizaram-se as visitas à CTR e estiveram presentes à entrevista cinco gestores e cinco cooperados, para aplicação de perguntas semi-estruturadas a seguir transcritas. Com as entrevistas alinhadas à observação, algumas ações desenvolvidas pela cooperativa com práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), em suas dimensões, foram inicialmente detectadas, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões ESG na Cooperativa de Transportes.

DIMENSÕES	PRÁTICAS EXISTENTES NA COOPERATIVA
AMBIENTAL Descarte de resíduos; Fonte de energia renovável.	Há sim o descarte correto de resíduos. Utilização de energia solar.
SOCIAL Contratação e pessoas da comunidade	Houve contratação de pessoas da comunidade.
GOVERNANÇA Canal de denúncias; Conduta cooperativa.	Há sim canal de denúncias. Sim.

Fonte: Os autores, 2024.

Verificou-se que a empresa tem práticas, só não as organiza em relatórios sistematizados. Na dimensão do meio ambiente, ao se indagar sobre descarte de resíduos, segundo os entrevistados, a empresa executa adequadamente a coleta de resíduos de forma reciclável e também reutiliza sua água para a limpeza de canteiros e áreas semelhantes. E a preservação da biodiversidade, de acordo com os gestores, a empresa executa adequadamente a coleta de resíduos de forma reciclável e também reutiliza sua água para a limpeza de canteiros e áreas semelhantes. A empresa utiliza fonte de energia solar. Sobre a poluição de ar água, explica um entrevistado:

A Cooperativa CTR está contribuindo com sua parte, nossa frota com aproximadamente mil caminhões, destes aproximadamente 75% utilizam o arla que é um agente redutor essencial que reduz a emissão de poluentes transformando os tóxicos óxidos de nitrogênio em materiais não nocivos como nitrogênio e água, no entanto, possuímos nossa central em nossa matriz em Vilhena e em Porto Velho (capital) que efetua as coletas de resíduos de óleo lubrificantes usados assim como os filtros, borrachas. As coletas são feitas por empresas responsáveis que farão a devida destinação.

Na dimensão social, a relação de uma empresa com seus colaboradores, fornecedores, cliente e investidores. Os entrevistados contratam pessoas de toda a comunidade e tem engajamento dos funcionários. Por exemplo, a Cooperativa lançou recentemente uma plataforma para receber informações, reclamações e sugestões de melhoria. Além disso, incluiu um profissional de Psicologia em sua equipe de gestão de pessoas, visando engajar, treinar e reter os funcionários, implementando as melhores práticas para promover o engajamento de toda a equipe. E quanto o relacionamento com a comunidade:

A Cooperativa tem uma ação que é feita para todos os associados, fornecedores, clientes, colaboradores e amigos, é um café da manhã que ocorre todos os meses no pátio da cooperativa, essa ação perdura a 1 ano custeada pelos próprios diretores da cooperativa e perdura até nos dias de hoje, nesses cafés são apresentados artesanatos, são doados brindes para sorteios da comunidade participante e para divulgação dos trabalhos. O sistema S, Sesi, Sest Senat sempre faz presença, tendo campanhas de vacinação, orientação aos motoristas, entre outros.

Na dimensão da governança, os gestores afirmaram que é fundamental assegurar que os cooperados tenham uma compreensão completa do significado e da importância de sua participação na cooperativa. É disponibilizado um canal de denúncias, onde estão implantando um programa de desenvolvimento de autogestão das cooperativas. Essa ferramenta tem por objetivo desenvolver o aprendizado organizacional, a visão sistêmica de todos os processos entre outras ações.

Utilizando técnicas de observação em campo, examinaram-se todo o exterior e interior da Cooperativa, analisando assim a organização e o seu manuseio de lubrificantes, a utilização dos filtros de óleo e descarte de resíduos contaminados de forma sustentável. Dentro da cooperativa, observaram-se a forma de organização departamental, o sistema de *software* para registro de itens de uso e consumo e o estoque de produtos repassados aos cooperados, bem como o sistema de gestão de pessoas, possibilitando a análise de plano de cargos de baixa, média e alta gestão e suas composições; ainda, o nível de treinamento de equipes, cursos de qualificação de funcionários de diversos níveis, saúde e segurança no trabalho, etc. Na vertente social pode ser analisada mediante uma iniciativa mensal que a

Cooperativa realiza com a direção de seus diretores administrativos que visa envolver todo o público do transporte, seus fornecedores, clientes, colaboradores e sua comunidade em geral. Na análise documental foram analisados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício relativos aos exercícios de 2022 e 2023, igualmente, as atas e os estatutos respectivos.

4.2 Resultados da segunda fase

Os indicadores sociais são os pontos que retratam os meios utilizados para verificar as condições da Cooperativa de Transportes de Rondônia. São apontados em seu Relatório Anual de 2023 vários indicadores, os quais foram agrupados nesta pesquisa aos outros indicadores do modelo de Balanço Social Ibase. O Quadro 2 foi elaborado para permitir que os gestores e cooperados entrevistados possam atestar.

Quadro 2 – Balanço Social para Cooperativas de Transportes no Modelo Ibase.

(Continua)

BALANÇO SOCIAL 2023 COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDÔNIA - CTR					
1 - Identificação					
Nome da instituição: Cooperativa de Transporte de Rondônia - CTR			Tipo/categoria (conforme instruções): Transportes		
Natureza jurídica: <input checked="" type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não					
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Possui registro no: <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS					
De utilidade pública? <input checked="" type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não					
2 - Origem dos recursos	2023		2022		
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
Receitas Totais		100%		100%	
a. Recursos governamentais (subvenções)					
b. Doações de pessoas jurídicas					
c. Doações de pessoas físicas					
d. Contribuições					
e. Patrocínios					
f. Cooperação internacional					
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos					
h. Outras receitas					
3 - Aplicação dos recursos	2023		2022		
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
Despesas Totais		100%		100%	
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)					
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					

1555

4 - Indicadores sociais internos e benefícios para os(as) funcionários(as)	(Ações)	2023	% sobre receita	sobre	2022	% sobre receita	metas 2024
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)			
a. Alimentação							
b. Educação							
c. Capacitação e deenvolvimento profissional							
d. Creche ou auxílio-creche							
e. Saúde							
f. Segurança e medicina no trabalho							
g. Transporte							
h. Bolsas/estágios							
Total - Indicadores sociais internos							
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Ações e programas aqui listados são exemplos, ver instrução)		2023	% sobre receita	sobre	2022	% sobre receita	metas 2024
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)			
a. Assistência jurídica							
	Nº Pessoas e entidades:				Nº Pessoas e entidades:		
b. Diversidade, etnia e questão racial							
	Nº Pessoas e entidades:				Nº Pessoas e entidades:		
c. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)							
	Nº Pessoas e entidades:				Nº Pessoas e entidades:		
d. Empreendedorismo/apoio e capacitação							
	Nº Pessoas e entidades:				Nº Pessoas e entidades:		
e. Segurança alimentar / combate à fome							
	Nº Pessoas e entidades:				Nº Pessoas e entidades:		
Valores totais							
6 - Outros indicadores		2023			2022		metas 2024
Nº total de cooperados(as)							
Nº de cooperados							
Valor total da receita dos cooperados(as)							
7 - Indicadores sobre o corpo funcional		2023			2022		metas 2024
Nº total de empregados(as) ao final do período							
Nº de admissões durante o período							
Nº de prestadores(as) de serviço							
% de empregados(as) acima de 45 anos							
Nº de mulheres que trabalham na instituição							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							
Idade média das mulheres em cargos de chefia							
Salário médio das mulheres							
Idade média dos homens em cargos de chefia							
Salário médio dos homens							
Nº de negros(as) que trabalham na instituição							
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia							
Salário médio dos(as) negros(as)							
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição							
Salário médio dos(as) brancos(as)							
Nº de estagiários(as)							

Nº de voluntários(as)			
Nº portadores(as) necessidades especiais			
Salário médio portadores(as) necessidades especiais			
8 - Qualificação do corpo funcional	2023	2022	metas 2024
Nº total de diretores			
Nº de presidente			
Nº de vice presidente			
Nº de Diretoria em geral			
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo			
Nº de funcionários administrativo			
Nº de funcionários serviços geral			
9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2023	metas 2024	
Relação entre a maior e a menor remuneração			
O processo de admissão de empregados(as) é:	__% por indicação 90 % por seleção/concurso		__% por indicação 100% por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais		<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais		<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos		<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis		<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários		<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input checked="" type="checkbox"/> não tem		<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input checked="" type="checkbox"/> não tem
10 - Outras Informações			

Fonte: Os autores, 2024, conforme modelo Ibase.

Os aspectos ambientais e de governança estão atualmente menos desenvolvidos, mas apresentam um potencial de crescimento significativo. O ESG pode desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da cooperativa, auxiliando-a a alcançar sua missão de maneira mais eficaz. A ênfase em práticas ambientalmente sustentáveis, como conservação de recursos naturais e redução de emissões de carbono, é fundamental para cumprir essa

responsabilidade. Além disso, a Governança é crucial, pois as cooperativas devem aderir a padrões elevados para garantir transparência, prestação de contas e eficácia em suas operações. Isso não só fortalece a confiança dos membros e partes interessadas, mas também contribui para a longevidade e o sucesso da cooperativa em longo prazo. Dessa forma, idealizou-se um modelo de balanço social com foco em ESG (Ambiental, Social e Governança) para uma cooperativa de transportes, **com substituição da dimensão 4** do Quadro anterior (2), substituindo-os pela estrutura do Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões ESG para Cooperativas de Transportes.

(Continua)

Balanço Social com ESG - 2023		
Dimensões	Descrição/Valor	%
1. Aspectos Ambientais (E):		
a) Redução de emissões de CO ²		
b) Uso de energia renovável		
c) Recursos e contenções de vazamentos de combustível no solo		
d) Descarte de pneus e derivados		
e) Descarte de filtros, baterias e derivados		
f) Gestão sustentável de óleo usado (contaminado)		
g) Conservação de recursos naturais		
h) Logística reversa		
2. Aspectos Sociais (S):		
a) Emprego e diversidade		
b) Qualidade de vida dos colaboradores		
c) Gestão de saúde e segurança		
d) Contribuição para a comunidade local		
e) Programas de responsabilidade social		
f) Parcerias com organizações não governamentais		
g) Educação e desenvolvimento comunitário		
3. Aspectos de Governança (G):		
a) Transparência e ética nos negócios		
b) Estrutura de governança corporativa		
c) Compliance e gestão de riscos		
d) Garantia e independência dos conselhos		
e) Diversidade na composição do conselho		
4. Desempenho Financeiro (F):		
a) Receitas totais		
b) Custos totais		
c) Lucro líquido		
d) EBTIDA		
5. Indicadores Chave de Desempenho (KPIs):		
a) Lista de KPI relevante, com metas e resultados		

b) Análise Comparativa		
6. Relatórios e Auditoria:		
a) Discussão sobre o processo de coleta de dados, verificação e garantia de qualidade.		
b) Certificações e reconhecimentos relevantes obtidos pela empresa.		
c) Compromisso com a transparência e comunicação aberta com partes interessadas.		
7. Comentários e Observações:		

Fonte: Os autores, 2024.

Este modelo permite que a cooperativa apresente de forma clara e organizada suas iniciativas e desempenho em relação aos critérios ESG, além de fornecer informações sobre seu desempenho financeiro e investimentos sociais. Cada seção pode ser detalhada com indicadores específicos, métricas quantitativas e exemplos concretos de atividades e resultados alcançados pela cooperativa.

A estrutura de um balanço social com foco em ESG é relevante para cooperativas, pois essas organizações têm um forte compromisso com a comunidade, a sustentabilidade e a responsabilidade social. Seguem informações relevantes para o preenchimento da estrutura básica de um balanço social com ênfase em ESG para cooperativas de transportes:

Ambiental (E): Emissões de carbono: Relatório das emissões de gases de efeito estufa produzidas pelas atividades da cooperativa, incluindo transporte, operações de escritório, entre outros. **Consumo de recursos naturais:** Detalhamento do consumo de recursos naturais, como água, energia e materiais, e iniciativas de conservação. **Gestão de resíduos:** Informações sobre a gestão de resíduos sólidos, reciclagem e políticas de redução de resíduos.

Social (S): Emprego: Número de funcionários, políticas de recrutamento inclusivas, programas de treinamento e desenvolvimento, e diversidade no local de trabalho. **Impacto na comunidade:** Projetos e iniciativas voltados para o desenvolvimento da comunidade local, apoio a organizações sociais e investimento em educação e saúde. **Saúde e segurança:** Medidas de saúde e segurança no local de trabalho, incluindo acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e programas de bem-estar dos funcionários.

Governança (G): Estrutura de governança: Descrição da estrutura de governança da cooperativa, incluindo órgãos de administração, mecanismos de prestação de contas e transparência.

Ética e conformidade: Políticas e procedimentos relacionados com a ética nos negócios, combate à corrupção e conformidade com regulamentações e leis relevantes.

Participação dos cooperados: Mecanismos de participação e representação dos cooperados nas decisões estratégicas e operacionais da cooperativa.

Além desses aspectos específicos de ESG, o balanço social pode incluir informações financeiras tradicionais, como receitas, despesas e lucros, para fornecer uma visão completa do desempenho da cooperativa. Essa estrutura permite que as cooperativas demonstrem seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade social e a boa governança, fortalecendo a confiança dos cooperados, investidores e da comunidade em geral. O *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization* (EBITDA) – Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - é um indicador consolidado entre os analistas do mercado financeiro.

Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) são métricas quantificáveis utilizadas para avaliar o desempenho de uma organização, projeto, processo ou iniciativa em relação a seus objetivos estratégicos. Os KPIs são essenciais para medir o progresso em direção a metas específicas e identificar áreas que precisam de melhoria ou ajuste. A escolha dos KPIs é fundamental para garantir que a organização esteja focada nos aspectos mais importantes do seu desempenho e possa tomar decisões informadas com base em dados concretos.

No contexto do balanço social com abordagem ESG, os KPIs podem ser usados para medir o desempenho em áreas como sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa. Por exemplo, um KPI ambiental poderia ser a redução percentual das emissões de carbono, enquanto um KPI social poderia ser a melhoria da diversidade na força de trabalho.

4.3 Resultados da terceira fase

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) se trata de um demonstrativo contábil que apresenta como uma empresa distribuiu sua riqueza entre os diversos agentes econômicos que contribuíram para a produção dessa riqueza em determinado período. A DVA é uma ferramenta importante para analisar a forma como a empresa gera valor e como esse valor é distribuído entre funcionários, acionistas, governo, entre outros. Ela fornece uma visão detalhada sobre a criação e distribuição de riqueza dentro da organização, auxiliando na avaliação do desempenho e na tomada de decisões estratégicas.

Embora a DVA seja uma ferramenta útil para análise e tomada de decisão, é importante que a cooperativa adapte sua estrutura e metodologia contábil de acordo com suas necessidades específicas e legislação aplicável. Além disso, a colaboração com profissionais contábeis e consultores especializados pode ser útil para garantir a precisão e relevância das informações apresentadas. É uma demonstração contábil que apresenta como a riqueza gerada pela empresa é distribuída entre os diversos agentes que contribuíram para sua criação. Ainda que seja mais comumente associada às empresas de capital aberto, que são obrigadas a elaborar e publicar, a DVA também pode ser útil para cooperativas, fornecendo informações valiosas para tomadas de decisões. Uma DVA adaptada para cooperativas de transportes para ser incluída no modelo idealizado é estruturada no Quadro 4.

Quadro 4 – DVA para Cooperativas de Transportes para inclusão no Modelo Ibase.

ESTRUTURA DVA EXCEL COMPLETA DE ACORDO COM O CPC 09		
DESCRIÇÃO	2023 (R\$)	2022 (R\$)
1 - RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Outras receitas		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa -		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos		
2.2) Custos das mercadorias		
2.3) Custo dos serviços vendidos		
2.4) Materiais		
2.5) Energia		
2.5) Serviços de terceiros e outros		
2.6) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.6) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO e AMORTIZAÇÃO		
4.1) Depreciação		
4.2) Amortização		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Receitas financeiras		
6.2) Outras		

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta mais encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		

Fonte: elaborado com base no CPC 09, adaptado pelos autores, 2024.

A estrutura básica que poderia ser aplicada à DVA de uma cooperativa de transportes pode ser da seguinte forma: **Receitas Operacionais:** esta seção incluiria todas as receitas geradas pela atividade principal da cooperativa de transportes, como tarifas de transporte, serviços adicionais, etc. **Insumos Adquiridos de Terceiros:** aqui seriam registrados os custos de aquisição de insumos utilizados na operação da cooperativa, como combustível, manutenção de veículos, taxas, etc. **Valor Adicionado Bruto (VAB):** calculado subtraindo os insumos adquiridos das receitas operacionais, representando o valor adicionado pela cooperativa à economia.

A DVA desempenha um papel fundamental na gestão financeira, transparência e responsabilidade social de uma cooperativa de transporte, fornecendo *insights* valiosos para tomada de decisões e engajamento dos *stakeholders*. Ao analisar a DVA, os gestores da cooperativa podem identificar áreas de eficiência e oportunidades de melhoria na alocação de recursos. Isso pode ajudar na formulação de estratégias para otimizar a criação de valor e a distribuição de recursos. Ela proporciona transparência sobre como a cooperativa gera valor e como esse valor é distribuído.

O Balanço Social e a DVA são ferramentas fundamentais para uma cooperativa, e desempenham um papel essencial na gestão e na prestação de contas de uma cooperativa, fornecendo informações valiosas para tomada de decisões, engajamento dos cooperados e promoção da responsabilidade social e ambiental.

4.4 Resultados da quarta fase

Após a estrutura e o modelo Ibase de Balanço Social adaptado ao ESG (Ambiental, Social e Governança), foi apresentado o resultado final para os gestores da Cooperativa de Transportes de Rondônia e os gestores reconhecem cada vez mais a importância do balanço

social como uma ferramenta vital para integrar os critérios ESG nas operações e estratégias corporativas. A crescente conscientização sobre a relevância desses critérios para a sustentabilidade dos negócios tem levado os gestores a valorizar o balanço social não apenas como uma obrigação de prestação de contas, mas também como uma oportunidade estratégica para demonstrar o compromisso da empresa com a responsabilidade social e ambiental. Ao adotar uma abordagem transparente e proativa na divulgação de informações relacionadas ao ESG, os gestores validaram o potencial do balanço social não apenas para fortalecer a reputação da empresa, mas também para impulsionar a eficiência operacional, atrair investimentos sustentáveis e promover um crescimento resiliente e de longo prazo.

A equipe entrevistada validou o modelo apresentado, com a junção dos Quadro 2, 3 e 4 para ser uma estrutura de Relatório Socioambiental para Cooperativas de Transportes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas devem adotar uma abordagem mais holística, considerando não apenas os resultados econômicos, mas também o impacto social e ambiental de suas operações. Aquelas que conseguirem fazer isso serão mais resilientes e sustentáveis no longo prazo. A ética e o compromisso social devem ser valores fundamentais para as empresas. Isso implica não apenas cumprir as leis e regulamentos, mas também agir de maneira responsável em relação aos funcionários, clientes, fornecedores e a comunidade em geral.

Neste sentido, o trabalho objetivou, inicialmente, analisar se há divulgação do Balanço Social na gestão de Cooperativas de Transportes e identificar sua relevância como instrumento de responsabilidade social no cenário corporativo atual. Porém, não foi encontrado essa realidade como prática, até porque não há obrigação de divulgação legal ou contábil. A pesquisa se direcionou para desenvolver uma proposta de relatório de divulgação voluntária, de balanço social e ambiental ESG como ferramenta de gestão de sua responsabilidade socioambiental em cooperativas de transporte, e, como conclusão e reflexão, propõe-se a aplicação dos Quadros 2 a 4, de forma aglutinada. O estudo, original, inova nesse sentido.

Essa reflexão vai de encontro com o pensamento de Prates e Avelino (2024, p. 154) sobre o papel da academia: “iremos reproduzir ou construir práticas no âmbito da sustentabilidade?”. A proposta do presente estudo direcionou para uma construção, uma

contribuição para as cooperativas de transportes na divulgação estruturada de informações socioambientais na moderna ESG. O modelo pode ser generalizado para todas as cooperativas de transportes.

A proposição de pesquisa de que se a CTR está alinhando suas práticas de gestão com as demandas modernas de responsabilidade social e ambiental foi parcialmente atendida, pois há práticas internas, mas não estruturadas ou socializadas, por meio de divulgação. Isso indica uma adequada observação dos preceitos da Teoria da Divulgação.

Convém salientar que a função do balanço social vai além de uma complementação às informações contábeis de uma empresa. Ao integrar considerações sociais e ambientais em seus relatórios financeiros, as empresas podem demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade e contribuir para uma economia mais justa e equitativa, desta forma possibilita também que a empresa possa planejar, avaliar e aperfeiçoar as suas atividades.

Observando o modelo de Balanço Social ESG apresentado, fica evidente que o principal propósito é evidenciar o engajamento da empresa com o ambiente em que operam, enfatizando os aspectos ambientais, econômicos, sociais e sua contribuição para a cidadania. Ao adotar a responsabilidade social como um padrão de gestão, a empresa assume a habilidade de identificar os interesses de suas partes interessadas, visando integrá-los no planejamento de suas atividades, atendendo assim às demandas dos acionistas, proprietários, funcionários e clientes.

1564

O estudo de caso analisou os indicadores sociais, econômicos e ambientais da CTR no ano de 2023. Observou-se o estímulo à educação, a abordagem dos aspectos ambientais para reduzir despesas com energia e aproveitar resíduos, o que evidencia a integração da responsabilidade social na cultura empresarial. Uma postura que, aprimorada, pode refletir de forma significativa a transparência e ética nos valores da empresa. Portanto, é crucial continuar pesquisando sobre o tema, promovendo a divulgação do Balanço Social, da Ética e da Responsabilidade Social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.129, p.637-651, 2006.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BASSEN, A; KOVÁCS, A. M. **Environmental, social and governance key performance indicators from a capital market perspective**. Springer Fachmedien Wiesbaden, 2020.

CLARKSON, P. M.; LIE, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, Elsevier, v. 33, n. 4-5, p. 303-327, 2008.

CONCHADO, B. V. **O ESG como aliado da constituição na aplicação dos direitos fundamentais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Bacharel em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, p. 28. 2021.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5 ed. Porto Alegre: Penso/Artmed, 2021.

DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, Elsevier, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

FENKER, E. A.; DIEHL, C. A.; ALVES, T. W.; KALINOWSKI, C. **Gestão ambiental: incentivos, riscos e custos**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, T. S. V.; MIRANDA, K. F.; SANTOS, L. M. S. Teoria da divulgação. In: ALMEIDA, K. K. N.; FRANCA, R. D. (org.). **Teoria aplicada à pesquisa em contabilidade: uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

1565

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRI. GLOBAL REPORT INICIATIVE. **Diretrizes para o relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GRI. GLOBAL REPORT INICIATIVE. **Retrieved**. 2010. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 30 mar. 2024.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL - IIRC. **Relato Integrado**. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/resource/international-irframework/>. 2013. Acesso em: 30 mar. 2024.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. 2007. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/110.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LE ROUX, C.; PRETORIUS, M. Explorando o vínculo entre o relato integrado e a incorporação da sustentabilidade. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 10, n. 5, p. 822-843, 2019.

LOKUWADUGE, C. S. D. S.; DE SILVA, K. Emerging corporate disclosure of environmental social and governance (ESG) risks: An Australian study. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 14, n. 2, p. 35-50, 2020.

MACHADO, P.; SILVA, N. Modelos de balanço social no Brasil: um estudo comparativo. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2020.

MAGNESS, V. Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.19, n. 4, p. 540-563, 2006.

MORAES, M. O. S. de. **Atores empresariais e sustentabilidade: no jogo político entre econômico, social e ambiental**. 2019. 84f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Escola de Artes, Ciências e humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Princípios do Investimento Responsável (PRI)**. 2016. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=6302>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PRATES, J. C. R.; AVELINO, B. C. Análise alternativa da transparência nos relatórios de sustentabilidade: uma revisão crítica da Literatura. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 18, n. 1, p. 139-158, 2024.

1566

PEREIRA, E. A. A. **A empresa e o lugar na globalização: a responsabilidade social empresarial no território brasileiro**. 2007. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

QUEIROZ, J. N. et al. Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise dos relatórios de sustentabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 37-50, 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. **Ensaio sobre a teoria da divulgação**. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SARTORE, M. S. **A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa**. 2006, 105 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra). Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT - UNGC. **Private Sustainability Finance**. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/takeaction/action/private-sustainability-finance>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

VERSCHUREN, P. J. M. Case study as a research strategy: some ambiguities and opportunities. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 6, n. 2, p. 121-139, 2003.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. **The Global Risks Report 2021**: 16th Edition. 2021.

YANAZE, M. H.; AUGUSTO, E. Por um novo balanço social: muito além dos cânones da comunicação corporativa. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 127-138, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Trad. Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2015.